

Jornalistas e resistência na EBC

Mecanismos contra o desmonte da comunicação pública sob os governos Temer e Bolsonaro

AKEMI NITAHARA SOUZA

EMERGE/UFF e LaPCom/UnB
Universidade Federal Fluminense (UFF)
anitahara@id.uff.br
0000-0003-4956-6294



Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada pela Lei nº 11.652/2008, aprovada a partir da Medida Provisória 398/2007. A nova estrutura unificou a estatal Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás), criada em 1976 como Empresa Brasileira de Radiodifusão para gerir as emissoras do governo federal, com a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp), que administrava a TVE do Rio de Janeiro e do Maranhão e a Rádio MEC (Nitahara e Luz, 2020). Assim, a EBC passou a ser responsável pelas rádios MEC e Nacional do Rio de Janeiro, Brasília, Amazônia e Alto Solimões, pelas agências de notícias Agência Brasil e Radioagência Nacional e pela TV Brasil, que unificou a TV Nacional de Brasília e a TVE do Rio de Janeiro e Maranhão. Nos últimos anos, a Rádio Nacional chegou a São Paulo, São Luís, Recife e Belo Horizonte. Além dessas emissoras e agências que foram destinadas à comunicação pública, a EBC também ficou responsável por prestar serviço de comunicação ao governo federal por meio da TV NBR, criada em 1998, além da Rede Nacional de Rádio e do programa de rádio A Voz do Brasil.

Na criação da EBC, foram considerados parâmetros internacionais de comunicação pública, como os descritos por Mendel (2011) e Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012). Estão previstos na Lei nº 11.652/2008 princípios como a promoção da diversidade, complementação de conteúdo não ofertado pela comunica-

Pour citer cet article

Référence électronique

Akemi Nitahara Souza, « Jornalistas e resistência na EBC: mecanismos contra o desmonte da comunicação pública sob os governos Temer e Bolsonaro », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 13, n°2 - 2024, 15 décembre - december 15 - 15 de dezembro - 15 de diciembre.
URL : <https://doi.org/10.25200/SLJ.v13.n2.2024.522>



ção privada, incentivo à cultura nacional, fomento ao pensamento crítico e participação social. Dessa forma, podemos considerar que “a criação da EBC e de seu serviço televisivo, a TV Brasil, significou uma tentativa de superação do passado de atrelamento dos canais públicos aos governos e autoridades para apontar na direção da construção de iniciativas efetivamente públicas” (Azevedo *et al*, 2009, p. 269).

Destacamos também a importância histórica e de difusão da educação e da cultura nacionais promovidos pelas rádios da EBC, sendo a Rádio MEC herdeira da Rádio Sociedade, que pode ser considerada a primeira rádio criada com finalidade de comunicação pública no país (Milanez, 2007). Já a Rádio Nacional, contribuiu para a consolidação da cultura de massa no Brasil (Del Bianco, Klökner e Ferraretto, 2017).

Nos primeiros oito anos de existência, a EBC conseguiu avançar na prática da comunicação pública, implementando parte dos princípios previstos na lei. Segundo Leal Filho (*in* Lopes, 2016, p. 23), que foi o primeiro ouvidor-geral da empresa, graças à EBC, “a produção cultural brasileira ganhou espaços impossíveis de serem alcançados dentro dos limites do mercado, imposto à mídia comercial” (Leal Filho *in* Lopes, 2016, p. 27).

O autor cita programas como o Ver TV³, apresentado por ele e que discutia a própria programação televisiva e temas considerados tabu nas emissoras comerciais; o Estação Plural, primeiro programa com temática LGBTQIAPN+ da televisão aberta brasileira; e o Samba na Gamboa, que exibia toda semana uma autêntica roda de samba carioca. No jornalismo, Leal Filho destaca que os veículos e agências da EBC lograram alcançar a busca por pautas alternativas às apresentadas pela mídia comercial, cobrindo de forma competente temas ignorados, tratados de forma parcial ou distorcida, como por exemplo a economia solidária, assentamentos rurais da reforma agrária, luta pela moradia nos centros urbanos e a regulação da mídia (Leal Filho *in* Lopes, 2016, p. 28). Dessa forma, tanto no entretenimento quanto no jornalismo, a EBC proporcionou nos primeiros anos de existência formatos audiovisuais inéditos no Brasil, bem como a ampliação de fontes e temas cobertos pela imprensa hegemônica. Por outro lado, a primeira presidente da EBC, a jornalista Tereza Cruvinel (*in* Paulino e Silva, 2011, p. 28), destaca que faltou abrangência geográfica para a TV Brasil cumprir sua missão.

Hoje, vejo que a missão de criar a TV Pública não foi acompanhada de um passo importante, a garantia de canais para a nova emissora pelo menos em três capitais. A União, na verdade, só dispunha de três canais: um em Brasília, outro no Rio e um no Maranhão. Mas, aos trancos,

contornamos este grande obstáculo. (Cruvinel *in* Paulino e Silva, 2011, p. 28)

Apesar de a maior parte do conteúdo da EBC estar disponível on-line, sabemos que o acesso à internet ainda não faz parte da realidade brasileira em todo o território nacional.

Faremos uma análise documental das ações empreendidas por trabalhadores e trabalhadoras da EBC, junto com a sociedade civil, contra o desmonte imposto à empresa a partir de 2016. Tais ações envolvem publicações de dossiês de censura e campanhas de defesa da comunicação pública, bem como iniciativas como a Ouvidoria Cidadã da EBC e o Seminário Reconstrói EBC e a Comunicação Pública. Complementarmente, entrevistamos dois jornalistas concursados da EBC envolvidos diretamente nessas ações de resistência.

DESMONTE E RESISTÊNCIA

Após o período inicial da EBC, o qual não foi o suficiente para mudar a estrutura midiática brasileira historicamente consolidada em bases comerciais, para minimamente incorporar o sistema público previsto na Constituição Federal de 1988³, o projeto foi interrompido em 2016, com a chegada de Michel Temer à Presidência da República e a edição da Medida Provisória (MP) 744/2016. Convertida na Lei nº 13.417/2017, a MP eliminou instrumentos de autonomia e participação social na empresa (Nitahara e Luz, 2021), como o Conselho Curador e o mandato do diretor-presidente. Na ocasião, como relatam as autoras, vários programas foram retirados do ar de um dia para outro, sem explicação aos ouvintes ou telespectadores, bem como se iniciou a prática sistemática de censura a temas considerados sensíveis ao governo e uma tendência à cobertura com viés governamental, sem contrapondo ou contextualização, como requer a boa prática jornalística. Aprofundaremos esse tema adiante.

Segundo Leal Filho (*in* Lopes, 2016, p. 21), o ataque sofrido pela comunicação pública vai ao encontro do poder da elite de um país semi-escravocrata, justamente por ser uma ameaça a tal poder.

A TV pública impulsionada pelo Estado vai na contramão dos interesses dominantes que, sob o véu do liberalismo, julgam-se no direito absoluto de impor à sociedade suas ideias, gostos, valores, sem nenhum tipo de controle. A TV pública é uma forma de controle social da mídia. Daí a violência com que é atacada. (Leal Filho *in* Lopes, 2016, p. 22)

Diante das ameaças de fechamento ou privatização da EBC, em meio ao processo de impeachment da pre-

sidenta Dilma Rousseff, ainda em 2016 foi formada a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (Frente, 2016), com o objetivo de promover a campanha #FicaEBC para conscientizar a sociedade sobre a importância da comunicação pública, por meio de engajamento nas redes sociais (Falcão, 2019). A Frente reúne dezenas de entidades da sociedade civil, sindicatos, pesquisadores, jornalistas e trabalhadores e trabalhadoras da EBC, que lutam pela democratização da comunicação no país e acreditam na comunicação pública como um pilar fundamental de uma sociedade democrática.

Uma das preocupações primordiais dos organizadores da Frente era que a reação às ameaças de desmonte da EBC reunisse o máximo possível de atores na defesa do caráter público da empresa. Era preciso resistir à ofensiva que se anunciava em notinhas de imprensa, no discurso de apoiadores do governo e se espalhava entre as pessoas que se relacionavam direta ou indiretamente com o contexto da Comunicação Pública. (Falcão, 2019, p. 47)

De acordo com o jornalista Gésio Passos, concursado da EBC e diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal (SJPDF), existe uma base de trabalhadores que já estavam à frente da defesa da comunicação pública antes mesmo da criação da EBC, atuando em entidades como Intervezes e FNDC e participando de eventos como o Fórum Nacional de TVs Pública, em 2007, de onde se consolidou a ideia para a criação de uma TV pública nacional gerida por uma entidade como a EBC.

Assim, existia, antes das grandes ameaças impostas a partir do impeachment de Dilma, uma base organizada por seus sindicatos, pela Comissão de Empregados, com discussão permanente sobre o papel da EBC na sociedade. Mas nesse período, eu diria que a organização dos trabalhadores foi o alicerce para a resistência, tanto com a criação da Frente em Defesa da EBC, como o movimento 'Fica EBC', esse último organizado entre os trabalhadores, com uma ação intensa nas redes sociais, bem como no diálogo com o Congresso Nacional e outros atores políticos. Além, é claro, dos dossiês de censura criados a partir de 2018. (Passo, 2024)

A mobilização da Frente envolve, primordialmente, produção e divulgação de vídeos e notas de apoio e esclarecimento sobre a EBC e a comunicação pública, bem como denúncias de ilegalidades ocorridas dentro da empresa. Também inclui a articulação com a sociedade e parlamentares, a elaboração de dossiês, iniciativas como a Ouvidoria Cidadã da EBC (Sindicato, 2020) e a realização de eventos, como o curso Comunicação pública: fortalecimento da sociedade e da de-

mocracia (Ouvidoria, 2021) e o Seminário Reconstrói EBC e a Comunicação Pública (Ouvidoria, 2022b). Passos fala também da parceria primordial com a sociedade civil para o fortalecimento da Frente, diante do entendimento de que para a EBC se materializar como referência na comunicação pública era preciso que a sociedade organizada tornasse a empresa uma pauta sua.

As lições da experiência do Conselho Curador foram bem ricas. Os trabalhadores viam a sociedade, presente no Conselho, como elemento central na efetivação dos princípios da comunicação pública. E com o começo dos ataques, em 2016, com a extinção do Conselho Curador, a aliança entre organizações dos trabalhadores e da sociedade civil foram a base para um processo amplificado de resistência, principalmente com a criação da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. Essa aliança inclusive teve um papel de atenuar, ainda que bem levemente, as mudanças impostas pelo governo Temer no Congresso. Com o avanço da extrema-direita e de Bolsonaro, a resistência passou a ser pela própria existência da EBC. Nisso a sociedade sempre foi parceira na Campanha Fica EBC, bem como na divulgação dos relatórios de censura e expondo todo tipo de desmandos do governo Bolsonaro na EBC. (Passos, 2024)

A academia também atuou em defesa da EBC e da comunicação pública. Como exemplo, citamos o livro *SOCICOM Debate – A comunicação em questão: crise na EBC* (Lopes, 2016), organizado pela Federação Brasileira de Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação (SOCICOM), que reúne diversas entidades de pesquisa, e lançado no calor dos acontecimentos do impeachment. Citamos, ainda, a carta da SOCICOM endereçada ao então presidente Jair Bolsonaro, pela retirada da EBC do Programa Nacional de Desestatização (SOCICOM, 2021).

Privatizar ou extinguir a EBC traria prejuízos graves ao direito constitucional à informação e à divulgação de conteúdos que promovem e fortalecem a cidadania, a educação, a saúde e a necessária promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação no país. A comunicação pública é uma realidade global e sua existência e formas de atuação são temas recorrentes em pesquisas desenvolvidas dentro e fora do Brasil. Este tipo de serviço de comunicação tem tradição centenária e amplo reconhecimento como um dos pilares da democracia. (SOCICOM, 2021)

Nesse período, também ocorreu uma intensa redução nos quadros de pessoal. De acordo com os Relatórios de Gestão da EBC (EBC, 2018), o número de funcionários

efetivos caiu 25%, passando de 2.267 em 2017 para 1.697 em 2022. Em 2017 e 2018 foram feitos dois Planos de Demissão Voluntária (PDV), nos quais se desligaram um total de 349 pessoas. Efetivo de pessoal este até o momento não reposto e cujas vagas foram extintas. De acordo com o diretor-presidente da EBC empossado em fevereiro de 2023, Hélio Doyle, há apenas 72 vagas disponíveis para reposição de pessoal na empresa (Doyle, 2023)³.

Em 2019, com o governo de Jair Bolsonaro, se agravaram as condições de funcionamento da EBC, impactando a qualidade e a independência de sua programação, bem como o caráter público e não-governamental dos conteúdos produzidos. Em abril daquele ano a EBC unificou a grade da TV Brasil com a TV NBR, por meio da portaria 216 (EBC, 2019), o que, segundo Nitahara e Luz (2021), extinguiu a separação entre o canal público e o canal governamental.

Sem um Conselho Curador que zele pelo cumprimento dos princípios públicos ou uma Ouvidoria que faça a crítica interna em nome da sociedade, as entidades de defesa da liberdade de expressão e da democratização da mídia denunciaram a inconstitucionalidade da medida. (Nitahara e Luz, 2021)

Dessa forma, a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras da EBC, junto com a Frente, na resistência ao desmonte, foi essencial para fazer o registro do momento histórico e denunciar os abusos cometidos na empresa.

CENSURA

Conforme apontam Nitahara e Carvalho (2022), outro problema que se agravou a partir de 2019 na EBC foi a censura, principalmente a temas que desagradavam ao governo Bolsonaro. De acordo com elas, os jornalistas e radialistas da empresa se organizaram para fazer as denúncias e publicaram quatro dossiês (Comissão, 2018, 2020, 2021 e 2022) sobre censura e governismo na EBC.

Dentre os destaques do relatório está o corte a pautas sugeridas, que nem chegaram a ser produzidas pelos veículos e agências da EBC, com a censura prévia de temas considerados “delicados” ou “controversos” pelo governo, como direitos humanos, meio ambiente, cultura e a guerra declarada do presidente Jair Bolsonaro e seu eleitorado contra a ciência em meio à pandemia de Covid-19. (Nitahara e Carvalho, 2022)

Relembrando Schwarcz e Starling (2015), ao longo da história do Brasil, desde a colônia e o império, passando pelo Estado Novo e Ditadura Militar, os go-

vernos se valeram do artifício da censura como “peça fundamental de desmobilização e supressão do dissenso” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 635). A censura da Ditadura Militar (1964-1985) é a mais bem descrita pelas autoras.

A ideia era aparentemente simples: combinava manejar o controle sobre a produção e a circulação de bens culturais no país com repressão política. Nenhum outro órgão cresceu mais depressa, e a censura passou a atuar com diferentes objetivos: garantir o controle do fluxo público da informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimir o conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional. (Schwarcz e Starling, 2015, p. 786)

Não é de se estranhar que tal prática autoritária tenha voltado em um governo que promoveu uma intervenção federal militarizada no estado do Rio de Janeiro (Agência Brasil, 2018) e depois se aprofundado no de um presidente capitão do exército, que exalta publicamente a tortura e tem como herói um torturador (Campos e Aquino, 2016). No presente relato, identificamos as mesmas motivações descritas por Schwarcz e Starling (2015).

Os Dossiês da Censura foram organizados pela Comissão de Empregados da EBC, com o apoio dos sindicatos dos jornalistas e dos radialistas do Distrito Federal, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) (Dossiê, 2022). A jornalista concursada da EBC Carol Barreto, que integrava a Comissão quando foi organizado o primeiro dossiê, em 2017, explicou que o levantamento foi motivado pela “percepção de que estava sendo montada uma verdadeira estrutura censória na empresa” (Barreto, 2024).

A gente passou a ter determinados temas que não podiam ser cobertos, não podiam ser falados, não podiam ser mostrados. Então, a gente passou a ter uma situação de censura permanente que ia se sofisticar bastante e ser ampliada, ganhar musculatura no governo Bolsonaro, posteriormente. Mas, lá em 2017, a gente já observava que tinha um aumento da censura na empresa, que determinados temas e principalmente determinadas editoriais eram sistematicamente censuradas. Tudo aquilo que, na verdade, de alguma forma incomodava o governo Temer era censurado. Isso sem falar nas pautas de direitos humanos, de movimentos sociais. Isso foi completamente despedaçado já naquele período. (Barreto, 2024)

As denúncias foram feitas por meio de formulário online anônimo, onde os trabalhadores e trabalhadoras lançavam os casos de censura que sofriam, incluindo sugestão de pauta para cobertura jornalística ou entrevista para a programação, reportagens derrubadas ou com partes editadas, até determinações explícitas de temas que não poderiam ser publicados nas redes sociais dos veículos e agências da EBC. Os dossiês mostraram que as censuras ocorriam em todos os veículos da empresa. Também foram reunidas denúncias de coberturas tendenciosas para o governo e, na quarta edição, matérias sobre temas sem interesse público, como o dia da batata-frita ou do cuscuz, bem como foram relatadas práticas de esvaziamento da pauta e da prática jornalísticas.

Foi mais um período em que as pautas dos veículos, diariamente, trazem uma lista de sugestões encaminhadas por assessoria de imprensa, seja de ministérios, seja de instituições de outras naturezas. (...) É resultado de uma vontade, que se torna a ordem do dia. Há pouco exercício mental em torno das pautas, sobre o que é noticiável ou não. As reuniões de pautas seguem suspensas, de modo que os repórteres, figuras centrais no jornalismo, continuam excluídos do processo decisório e mesmo deliberativo. Essa é das provas mais irrefutáveis do clima de controle que se transfundiu na EBC. (Dossiê, 2022)

Destacamos na tabela a seguir o número de denúncias feita em cada edição do Dossiê de Censura, ressaltando que nem todos os casos foram registrados, pois depende da iniciativa de cada pessoa que sofreu preencher o formulário e “o medo de perseguição leva muitos colegas a não fazerem o registro” (Dossiê, 2020).

Não é possível comparar os dados entre os dossiês para atestar o aumento da prática, visto que os períodos anuais compreendidos não coincidem a cada edição, bem como a organização das denúncias, foi feita

de forma diferente, conforme critérios definidos pelos integrantes da Comissão de Empregados em cada momento. Porém, é relevante o dado total de 1.468 intervenções do governo nas pautas dos programas, coberturas jornalísticas de todos os veículos e agências de notícias da EBC e interrupções na grade da TV Pública para a veiculação de conteúdo puramente governamental.

Entre os temas mais censurados destacados nos dossiês estão a palavra ditadura, a questão indígena e as investigações e repercussões da execução da vereadora carioca Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes em 2018, fazendo da editoria Direitos Humanos a mais afetada. Também chama a atenção o grande número de censuras a matérias da editoria Saúde, em plena pandemia de Covid-19 (Dossiê, 2021), o que demonstra a tentativa de manipulação da interpretação da realidade por meio da censura. Os levantamentos apontam, ainda, para a perseguição sofrida dentro da EBC por funcionários que questionassem as ordens que contrariavam a lei de criação da empresa e o Manual de Jornalismo.

Ao longo do ano de 2021, o que nosso coletivo observou foi uma horrenda e feroz perseguição a colegas que, inconformados com os rumos do jornalismo exercido na empresa, não se emudeceram como queriam as chefias e a direção da empresa. Como afirmou Lilia Schwarcz, “dizem que perguntar é uma forma de resistir” e seguiram indagando e contestando ordens inadmissíveis. (Dossiê, 2021)

Entre as perseguições a trabalhadores e trabalhadoras da EBC pela direção e chefias, destacamos a ameaça de demissão da jornalista Kariane Costa, então representante dos empregados no Conselho de Administração da EBC, que sofreu um processo administrativo após denunciar internamente a prática de assédio coletivo (Maciel, 2022).

Tabela 1 : Quadro síntese dos dossiês de Censura na EBC

Período	Censura	Governismo	Interrupções na grade	Pautas Irrelevantes	Total
Outubro de 2016 a julho de 2018			Não levantado	Não levantado	61
Janeiro de 2019 a julho de 2020			Não levantado	Não levantado	138
Agosto de 2020 a julho de 2021	161	89	208	Não levantado	458
Agosto de 2021 e julho de 2022	64	228	274	245	811
Total					1.468

Fonte: Elaboração nossa, com informações dos quatro Dossiês de Censura na EBC

Os dossiês de censura relatam, ainda, as tentativas dos jornalistas da EBC em fazer uma cobertura equilibrada e dando espaço a grupos minorizados e preteridos na grande mídia, sendo impossibilitados pelas chefias. Notamos, portanto, o empenho dos trabalhadores e trabalhadoras da EBC em registrar e denunciar a censura e uso político da empresa no período dos governos Temer e, principalmente, Bolsonaro, transformando em luta a impossibilidade de fazer jornalismo e comunicação pública.

Em março de 2023, uma iniciativa do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da empresa, formado por trabalhadoras e trabalhadores de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, lançou o Memorial das Palavras Proibidas, por ocasião do 8 de março e dos 5 anos da morte de Marielle Franco (Almeida, 2023 e Repórter Brasil, 2023). O Painel traz a imagem da veiculadora assassinada, no qual os funcionários escreveram os temas censurados nos anos anteriores. Entre eles, figuram nomes como Chico Buarque e Caetano Veloso, artistas que foram discretamente retirados das listas de execução das emissoras de rádio da EBC.

OUVIDORIA CIDADÃ DA EBC

A partir da intervenção que a empresa sofreu em 2016, a Ouvidoria da EBC também foi afetada, com a substituição imediata dos ouvidores adjuntos. Após o fim do mandato da ouvidora-geral, Joseti Marques, em março de 2018, a direção indicou a diretora-geral da EBC, Cristiane Samarco, para comandar o órgão. A norma interna da Ouvidoria da EBC foi atualizada em dezembro de 2018, incorporando as obrigações da Lei nº. 13.460/2017, que dispõe sobre as ouvidorias de órgãos públicos. Assim, a Ouvidoria da EBC passou a ter a função de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, não precisando mais prestar contas à sociedade. Já no Relatório Anual da Ouvidoria de 2018 (Samarco, 2018), o órgão deixou de considerar a comunicação pública como foco prioritário da EBC e a comunicação governamental como uma prestação de serviço da empresa, além de fazer autoelogios à EBC e à “nova gestão” da Ouvidoria (Nitahara e Luz, 2021).

A partir de então, as análises de conteúdos nos relatórios diminuíram e, na maioria das vezes, apenas reproduzem manifestações do público sobre algum conteúdo específico com comentários básicos, não exercendo o papel que um ombudsman preconiza e que está previsto na lei da EBC. Mesmo assim, a Ouvidoria da EBC passou a sofrer censura a partir do relatório bimestral de março e abril de 2021, quando as análises passaram a ser enviadas apenas aos gestores e ao Conselho de Administração da EBC (Consad).

Em setembro de 2022, a EBC nomeou o coronel Cristiano Mendonça Pinto como ouvidor-geral. For-

mado na Academia Militar das Agulhas Negras e sem experiência em redação jornalística ou produção de conteúdo de entretenimento em rádio ou televisão, bem como em ouvidorias, o currículo do militar aponta apenas trabalho na Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), além do vínculo com o Exército Brasileiro de 1982 a 2019.

Antes disso, diante da interdição do último órgão de participação social na EBC, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública lançou, em dezembro de 2020, a Ouvidoria Cidadã da EBC (Ouvidoria Cidadã da EBC, 2021a), órgão sem vinculação institucional com a empresa.

Com o objetivo de exercer a participação e controle social previstos na Lei nº 11.652/2008, de criação da Empresa Brasil de Comunicação, lançamos, certos do papel que cabe à empresa pública, a Ouvidoria Cidadã da EBC. A medida se faz necessária diante da cassação do Conselho Curador, em 2016, pela Medida Provisória 744, e a transformação da Ouvidoria da EBC em aparato de comunicação institucional, em 2018, que não mais exerce a análise crítica dos conteúdos e não zela pela aplicação da lei pela empresa. (Ouvidoria Cidadã da EBC, 2020)

A iniciativa se inspira em movimentos como a Auditoria Cidadã da Dívida (<https://auditoriacidada.org.br/>), que desde 2001 elabora estudos, publicações e atividades para mobilizar a sociedade nacional e internacional em torno do tema da dívida pública federal brasileira. São mecanismos encontrados pela sociedade civil para registrar problemas e denunciar irregularidades nas políticas públicas. Gésio Passos explica que o incômodo dos funcionários e da Frente com a “debilidade da ouvidoria oficial” começou com a indicação de Samarco pelo governo Temer.

Cristiane Samarco, ex-diretora-geral, assumiu a ouvidoria no final do governo Temer, tendo seu mandato renovado até a gestão de um militar imposta por Bolsonaro. Essa gestão já iniciou sem compromisso com a Ouvidoria, totalmente ligada à gestão da empresa. Seus relatórios não abordavam criticamente os conteúdos dos veículos da EBC. Assim, a Ouvidoria Cidadã, organizada por um grupo de empregados com apoio da sociedade civil, passou a fazer esse papel de crítica da programação das emissoras e agências públicas. Isso de forma autônoma e espontânea. Hoje é um registro importante de tudo que se passou, principalmente a precarização da Ouvidoria, quando um militar, que já atuava na EBC, assumiu o posto em substituição a Samarco. (Passos, 2024)

Levando-se em conta que a Ouvidoria da EBC pode ser considerada um Instrumento de Responsabilidade Social da Mídia, por oferecer visibilidade e transparência a equívocos e dilemas associados à atuação da empresa, “deste modo, estimula a discussão com leitores, ouvintes e telespectadores e pode encorajar um hábito de crescente accountability entre profissionais e gestores” (Paulino in Paulino e Silva, 2013, p. 55), a Ouvidoria Cidadã da EBC pode ser enquadrada como um instrumento inovador.

Instrumentos inovadores, que ocorrem na internet: tais como weblogs editoriais; websites que monitoram conteúdos de notícias; webcasts com seções voltadas para a crítica interna ou grupos de debate, ombudsmen online e movimentos espontâneos de crítica da mídia nas redes sociais. (Paulino in Paulino e Silva, 2013, p. 55).

A análise de Paulino se baseia na classificação de Fengler para os instrumentos de prestação de conta e responsabilidade social.

É evidente que alguns destes instrumentos inovadores são exclusivos da Web, outros – como os ombudsmen ou os conselhos de imprensa online – reproduzem os formatos offline existentes. Os códigos de ética jornalísticos e as normas profissionais devem ser considerados não como instrumentos, mas como instituições informais que restringem o comportamento dos profissionais da comunicação social. (Fengler, 2011, p. 9. Tradução nossa)⁴

Além da análise de conteúdos colocados nos veículos da EBC que não atendem aos requisitos da comunicação pública e de elogios a boas produções, o site da Ouvidoria Cidadã da EBC passou a ser espaço de divulgação das mobilizações em defesa da EBC e de denúncias envolvendo a empresa. Destacamos o apoio contra a privatização e pelo respeito à lei de criação da EBC, com a realização de audiências públicas no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), notas de apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Public Media Alliance (PMA), da International Association for Media and Communication Research (IAMCR) e da Organización Interamericana de Defensoras y Defensores de las Audiencias (OID). Levantamentos feitos pela Frente sobre o uso indevido dos veículos da EBC e publicados pela Ouvidoria Cidadã foram levados à CPI da Pandemia e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (Morrone, 2021 e Zanini, 2021).

Em três anos de atuação da Ouvidoria Cidadã da EBC, até o fim de 2023, a entidade produziu ou publi-

cou em seu site, lançado em janeiro de 2021 no Fórum Social Mundial, e promoveu:

- Dois relatórios, com resumos traduzidos para inglês e espanhol, assinados por 57 entidades;
- 125 análises de conteúdo;
- 23 notas públicas e manifestos;
- 33 notícias;
- Nove artigos assinados;
- Curso Comunicação Pública e Democracia;
- Seminário Reconstrói a EBC e a Comunicação Pública.

O site da Ouvidoria Cidadã da EBC traz também um compilado de indicações bibliográficas sobre a EBC e a Radiobrás, comunicação pública e economia política da comunicação e sobre os veículos e agências da EBC, entre artigos acadêmicos, dissertações, teses e livros. Também abriga o Mapa Interativo Histórico da EBC, que traz a linha do tempo com os marcos legais e históricos dos veículos e agências da empresa, produto do mestrado profissional de uma jornalista da casa.

SEMINÁRIO

No início de 2022, a partir de ideia surgida no lançamento do Relatório 2021 da Ouvidoria Cidadã da EBC, em evento on-line prévio do Fórum Social Mundial e Fórum Social das Resistências (Ouvidoria, 2022a), a Frente promoveu o Seminário Reconstrói EBC e a Comunicação Pública. O objetivo foi discutir os problemas enfrentados pela empresa e propor soluções, com sugestões a serem entregues aos candidatos nas eleições gerais que ocorreriam em outubro daquele ano.

De certa forma, o Seminário representou uma retomada da participação social nas discussões que envolvem a comunicação pública, como ocorrido no processo que culminou na criação da EBC, após a realização do Encontro O Desafio da TV Pública, em 2003, e do Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2007, como destacam Nitahara e Luz (2021).

A partir de 2003 [governo de Luiz Inácio Lula da Silva], setores da sociedade civil ligados à democratização da mídia dedicaram-se a discutir a comunicação pública no Brasil. Naquele ano, a TVE Rede Brasil organizou o encontro “O Desafio da TV Pública”, para promover discussões partindo dos modelos e conceitos de TVs educativas e públicas existentes no Brasil e no exterior. A Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), entidade gestora da TVE, destaca na voz de sua diretora-presi-

dente Beth Carmona, a necessidade de aproveitar o novo momento político para sensibilizar governos e sociedade sobre a importância da comunicação pública. (Nitahara e Luz, 2021)

Apesar da falta de chancela de órgão oficial, como a TVE em 2003, ou do próprio governo, por meio do Ministério da Cultura em 2007, o Seminário Reconstroí a EBC foi endossado por 53 entidades, entre organizações da sociedade civil, sindicatos e grupos de pesquisa acadêmicos, bem como a participação ativa das trabalhadoras e trabalhadores da EBC.

Após uma chamada pública, aberta em março, as 23 propostas enviadas por pesquisadores, entidades, sindicatos e pessoas físicas foram sistematizadas no Caderno de Contribuições do Seminário Reconstroí EBC e a Comunicação Pública, divididas em três eixos de discussão: 1 - Gestão, Estrutura e Participação Democrática; 2 - Conteúdo e Diversidade; e 3 - Desenvolvimento e Sustentabilidade. Além dos temas transversais autonomia, separação de caráter público e governamental e rede de comunicação pública (Frente, 2022b).

O primeiro dia do seminário, em 8 de abril de 2022, consistiu em um ato político com 15 participantes que falaram em defesa da EBC e da comunicação pública, da comunicação como um direito humano e a importância da promoção da diversidade nos canais públicos. Os trabalhos no dia 9 começaram com uma mesa de apresentação dos eixos temáticos, explanados por especialistas integrantes da Frente. O professor da Universidade de Brasília (UnB) e ex- conselheiro da EBC Murilo César Ramos destacou os modelos de funcionamento da BBC britânica e da PBS/NPR dos Estados Unidos no Eixo 1. As discussões do Eixo 2 foram conduzidas pela diretora do Sindicato dos Jornalistas do DF e integrante da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial do Distrito Federal (Cojira-DF) Juliana César Nunes, que ressaltou a necessidade de se retomar a produção própria de conteúdos diversificados e de acordo com os princípios da comunicação pública, com inventividade para superar os entraves burocráticos. Para o Eixo 3, o professor do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (PPGMiT/Unesp) Octavio Pieranti explicou que o financiamento da comunicação pública em diferentes países é baseado no tripé fundos públicos, fundos de fora do orçamento estatal e a *licence fee*, taxa paga pelos usuários do sistema diretamente à empresa.

Após a mesa inicial, os três grupos de trabalho se separaram para discutir cada eixo e sistematizar as propostas apresentadas, que foram compiladas por um grupo de

voluntários da Frente e resultaram no Caderno de Propostas do Seminário Reconstroí EBC (Frente, 2022c). O documento foi lançado durante o Fórum Social das Resistências e Fórum Social Mundial Justiça e Democracia, que ocorreram simultaneamente de 26 a 30 de abril de 2022 em Porto Alegre (RS), com atividades presenciais e on-line. As propostas apresentadas no Seminário visam

a reconstrução da EBC com base na retomada e aperfeiçoamento dos princípios que a distingam como empresa pública, que assegurem sua autonomia e independência, seu papel estratégico na relação com a rede de mídias públicas nacional e regionais, a participação e controle social definidos por critérios democráticos, e demais aspectos da estrutura necessária para uma gestão democrática da empresa e de um sistema de comunicação pública. (Frente, 2022c)

O diagnóstico traçado no Eixo 1 de discussão destaca que o modelo institucional da empresa falha em manter na mesma instituição tanto a comunicação pública como a comunicação de governo. “Estas opções políticas acabaram por passar uma sinalização dúbia para a sociedade, criando uma empresa que não tem um ‘DNA’ claro, ou que tem dois ‘DNAs’ em sua missão institucional” (Frente, 2022c). O Caderno pede que a EBC seja retirada do Plano Nacional de Desestatização (PND), “por inconstitucionalidade, já que contraria o artigo 223 da Constituição Federal que estabelece a existência dos sistemas de comunicação público, privado e estatal” (Frente, 2022c). A retirada da EBC do PND foi efetivada nos primeiros meses do terceiro governo Lula, pelo Decreto nº 11.478, de 06 de abril de 2023.

O texto sugere que seja incluída a participação da sociedade no Conselho de Administração da EBC e retomada a convocação de audiências e consultas públicas para definir os rumos da comunicação pública. Para fortalecer o corpo funcional, responsável pela luta diária de resistência ao desmonte impingido à EBC (Nitahara e Carvalho, 2022) e também vítima de autoritarismos, assédios e retaliações, foi proposta a recomposição da força de trabalho do quadro efetivo por meio de concursos públicos; o estímulo à formação continuada dos trabalhadores da EBC, com a retomada do Centro de Pesquisa em Comunicação Pública; curso de formação obrigatório em comunicação pública como etapa do concurso para ingresso na EBC; e a construção de mecanismos de gestão interna para acabar com as discriminações por categorias profissionais.

Os debates do Eixo 2 envolveram o Conselho Curador como órgão que canaliza as críticas da sociedade ao conteúdo produzido e veiculado pela empresa de

comunicação pública, bem como o Comitê Editorial de Jornalismo, formado por profissionais da EBC, que também foi encerrado durante a gestão do presidente Michel Temer. A função do órgão era verificar criticamente as produções jornalísticas da empresa. Já a Ouvidoria, apesar de ter sobrevivido institucionalmente, foi descaracterizada e se tornou parte do projeto de propaganda governamental, “reduzindo os espaços de crítica e na prática endossando o processo de desmonte praticado pelos últimos governos” (Frente, 2022c). Portanto, o Caderno propõe a retomada desses instrumentos fortalecidos para que possam desempenhar seu papel de guardiões dos princípios da comunicação pública dentro da EBC.

O documento destaca a participação ativa de entidades e do movimento negro no I Fórum Nacional de Televisão Pública, em maio de 2007, que lançou bases para a criação da EBC, inclusive com o lançamento do livro *O Negro na TV Pública*, organizado pelo cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo, que integrava o Conselho Curador da EBC em 2016.

A expectativa era a de que a EBC se consolidasse com um contraponto à mídia comercial brasileira, fundada pela elite branca escravocrata e até hoje gerida por descendentes dessa elite para atender aos seus interesses. Também era esperado que os veículos da EBC estabelecessem parcerias capazes de fortalecer a mídia negra, historicamente alijada do financiamento público para os meios de comunicação. (Frente, 2022c)

Até 2016, algumas iniciativas nesse sentido foram implementadas, porém, com o desmonte iniciado desde então, a representatividade negra nos veículos públicos diminuiu a cada dia. As propostas do Seminário incluem o envolvimento efetivo do Comitê de Equidade de Gênero e Raça em todas as políticas da empresa; formação continuada de profissionais negros para liderarem equipes; lançamento de editais para conteúdo audiovisual que priorize produtoras de cineastas negras/os e indígenas; ampliar a cobertura jornalística da África; e monitoramento da presença de negros nos conteúdos veiculados. Sobre grupos minoritários, o Caderno destaca que a EBC já foi referência com programas como *Repórter Visual*, em libras; *Estação Plural*, com apresentadores LGBTQIAPN+; e *Estação Periferia*, que levava a juventude negra para o estúdio da Rádio Nacional. Para retomar e ampliar a representatividade desses grupos nos veículos públicos, o seminário propôs que sejam feitas políticas de fomento específicas para garantir visibilidade para a juventude, indígenas, pessoas com deficiência (PCDs), doenças raras e LGBTQIAPN+.

O terceiro e último eixo de debates discutiu a comunicação como um direito humano fundamental à democracia e ao exercício da cidadania, com atividades que servem como instrumentos de desenvolvimento econômico e social. O Caderno de Propostas destacou que o financiamento da Comunicação pública deve atender às necessidades da Rede Nacional de Comunicação Pública como um todo, além da EBC especificamente, tendo como principais problemas atualmente a falta de garantias dos repasses previstos da Lei Orçamentária Anual (LOA) e o contingenciamento de recursos por parte do governo.

Esse tópico também reforça a importância de se fortalecer o jornalismo da EBC.

Fortalecer as atividades de produção jornalística da EBC, com atenção especial à Agência Brasil e à Rádioagência Nacional, para disponibilização de conteúdos ao público e à reprodução sob licença Creative Commons, favorecendo a circulação de jornalismo público nas pequenas mídias, rádios comunitárias, redes sociais e também veículos da imprensa convencional que podem encontrar na EBC conteúdos com qualidade e credibilidade. (Frente, 2022c)

Vale ressaltar que o Caderno de Propostas do Seminário *Reconstrói EBC e a Comunicação Pública* foi entregue por integrantes da Frente ao Grupo de Trabalho de Comunicação Social do gabinete de transição de governo, em novembro de 2022 (Sindicato, 2022), após a vitória nas urnas de Luiz Inácio Lula da Silva sobre Jair Bolsonaro. O que demonstra a mobilização e articulação do grupo em torno da resistência do jornalismo público e da EBC.

Em paralelo ao Seminário, outra movimentação dos trabalhadores e trabalhadoras da EBC com a sociedade civil agiu contra o fechamento das rádios históricas da EBC (Frente, 2022a). Informações internas deram conta que a direção da empresa reduziu a potência dos transmissores em AM e tinha a intenção de desligá-los sem fazer a completa migração das emissoras para a frequência modulada. Com o acionamento de parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), foram aprovados dois projetos de lei que declararam as rádios Nacional (Brasil de Fato, 2022) e MEC (Thuswohl, 2022) Patrimônio Histórico e Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Na audiência pública que discutiu o tema (Macedo, 2022), a atriz e imortal da Academia Brasileira de Letras Fernanda Montenegro (Ouvidoria, 2024) enviou um vídeo de apoio em defesa da Rádio MEC, emissora na qual ela iniciou sua carreira.

RECONHECIMENTO

Diante de ações como as descritas no presente artigo, os trabalhadores e trabalhadoras da EBC foram homenageados na 44ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, na categoria Contribuição ao Jornalismo, “pela resistência na defesa da comunicação pública” (Ouvidoria Cidadã da EBC, 2022c). O Herzog é o mais tradicional prêmio jornalístico do Brasil e premia trabalhos na área de defesa e promoção da democracia, cidadania e dos direitos humanos. No discurso da cerimônia de entrega do prêmio, em outubro de 2022, o coletivo da EBC homenageado lembrou que o jornalista Vladimir Herzog era trabalhador da comunicação pública quando foi assassinado pela Ditadura Militar, em 1975, como diretor da TV Cultura de São Paulo.

Nesses 4 anos, a direção e as chefias da Empresa Brasil de Comunicação reverberaram o negacionismo, omitiram as mortes pela Covid. Impediram que usássemos a palavra ditadura. Ignoram violações de direitos da população negra e vetaram Marielle Franco. Mentiram para nosso povo e escoraram recursos para propaganda do governo federal. Aqui, representamos dezenas de jornalistas e radialistas que não se omitiram do seu dever, assim como diversos outros servidores públicos de órgãos como Ibama, Funai e Anvisa. (Ouvidoria Cidadã da EBC, 2022c)

O prêmio é promovido por 14 instituições, entre elas o Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil (UNIC Rio); Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP); Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Nacional); Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); e Instituto Vladimir Herzog. A lista dos promotores dá a dimensão da importância do prêmio e do reconhecimento da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras da EBC no período descrito.

Para Carol Barreto, o resultado prático dessa resistência dos trabalhadores no período Temer e Bolsonaro foi dar visibilidade ao que estava acontecendo dentro da empresa, já que, de acordo com ela, a EBC deixou de cumprir a sua missão pública no período, que é fazer comunicação pública, e de alguma forma passou a ser um aparato dos governos Temer e, principalmente, Bolsonaro.

Quando a gente deixou de noticiar coisas importantes, quando a gente, inclusive, ecoou discursos anti-vacina na pandemia, foi muito complicado. Então, eu acho que, de alguma forma, dizer publicamente que estava havendo essa censura, né, tem a ver com a luta para que a EBC seja, de fato, uma empresa pública e venha cumprir sua missão. Nesse sentido, eu acho que essa resistência foi muito importante. Ela [a resistência], embasa hoje esses dossiês que

nós fizemos, que já embasaram, inclusive, estudos de mestrado, de doutorado. Então, eu acho que é importante como um documento de uma página da história da Empresa Brasil de Comunicação que não deve mais se repetir. (Barreto, 2024)

Gésio Passos corrobora com a visão de Carol e acrescenta a importância da parceria com a sociedade civil nessa vigilância, para que a EBC cumpra os princípios públicos, inclusive os previstos em lei. Para ele, a retomada da EBC enquanto empresa de fato focada em comunicação pública ainda não está completa, mesmo com a mudança de governo em 2023.

De fato, o governo Lula preferiu afastar os empregados do processo de reconstrução da EBC. Já no começo do governo, com a presidência de Hélio Doyle, houve uma falta de entendimento do papel crítico da sociedade sobre os caminhos da empresa. Nesse período, as mudanças relevantes foram a separação institucional da parte de comunicação do governo e da comunicação pública dentro da EBC, com a criação do Canal Gov, principalmente. Em termos de participação e controle social, o avanço foi nulo. Mas o saldo é que é fundamental tanto trabalhadores, como a sociedade, acompanharem de perto a comunicação pública, que a EBC entre na agenda dos movimentos que buscam a transformação social, que a EBC siga o compromisso com seu povo. (Passos, 2024)

Apesar de não terem sido produzidos novos dossiês de censura a partir de 2023, os trabalhos da Ouvidoria Cidadã da EBC continuam ativos, assim como notas publicadas pelos sindicatos denunciando abusos dentro da empresa.

CONCLUSÕES

Diante da escalada autoritária que o Brasil enfrentou nos últimos seis anos e com a exclusão da participação social da empresa que deveria ser de comunicação pública, trabalhadores e trabalhadoras da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), juntos com a sociedade civil, em organizações atentas ao aparelhamento das instituições democráticas e ao desvirtuamento de suas funções sociais, se mobilizaram com ações e iniciativas para registrar o desmonte impingido à EBC e denunciar o uso político de seus veículos.

A organização da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública deu suporte e robustez às ações, com a participação ativa de dezenas de grupos acadêmicos, organizações de luta pela democratização das comunicações, sindicatos, pesquisadores e jornalistas.

Além de entidades ligadas diretamente à EBC, como a Comissão de Empregados e o Conselho Curador Cassado, que se manteve ativo após ser destituído pelo governo Michel Temer.

Com os dossiês de censura, os trabalhadores e trabalhadoras da EBC denunciaram a prática que se tornou sistemática dentro da empresa, mesmo atentando contra a liberdade de imprensa e de expressão e sendo vedada explicitamente pela Constituição Federal. Essa ação envolveu primordialmente os e as jornalistas da empresa, já que apenas quem sofre a censura pode denunciá-la, num ato de resistência e consciência da importância de se fazer tal registro histórico, mesmo sob risco de perseguição e assédio moral, que de fato ocorreram.

A Ouvidoria Cidadã da EBC retomou a participação social extirpada da empresa, para jogar luz nos desmandos editoriais impingidos pelo governo federal. Para além da análise dos conteúdos, apontando problemas e acertos com relação aos princípios da comunicação pública, a Ouvidoria Cidadã da EBC promove denúncias e articulações na defesa do campo e da empresa. Também se consolida como fonte de informação acadêmica, com o Mapa Histórico e a bibliografia sobre a EBC. Com a retirada do Instrumento de Responsabilidade Social da Mídia da EBC, a sociedade civil tomou para si essa missão e o trabalho da Ouvidoria Cidadã da EBC se tornou um observatório ativo do desmonte da EBC.

O Seminário Reconstrói EBC e a Comunicação Pública marcou a rearticulação da sociedade civil em torno do projeto da EBC e de um sistema de comunicação pública no país. Análises técnicas e jurídicas foram produzidas para essa defesa, incluindo a participação de importantes juristas, integrantes do Ministério Público, lideranças de movimentos sociais, sindicais, do movimento negro e LGBTQIA+, ex-dirigentes da EBC, de emissoras estaduais e integrantes do Conselho Curador Cassado.

Porém, mesmo que o resultado da eleição presidencial de 2022 aponte para uma retomada do projeto de comunicação pública no Brasil, a reconstrução da EBC ainda depende de muita vontade política e enfrentamento aos poderes midiáticos estabelecidos, que foram ferrenhos opositores ao projeto desde o princípio. Outro entrave é o Congresso Nacional, considerado o mais conservador desde a redemocratização, pelo qual é necessário passar qualquer mudança legislativa. Mas, a depender do que foi descrito aqui, a resignação dá lugar à resistência por parte dos e das jornalistas e radialistas da EBC. Resistência reconhecida e homenageada por um dos mais importantes prêmios jornalísticos do Brasil e com suporte da sociedade civil.

Data de submissão: 14 de junho de 2023
Data de aceite: 8 de maio de 2024

NOTES

¹ Segundo Valente (2009, p. 185), ao lado do Observatório da Imprensa, o programa Ver TV se destacava por fazer a crítica da mídia, cumprindo, assim, um importante papel de problematização acerca da própria comunicação.

² Artigo 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

³ Hélio Doyle deixou a presidência da EBC em outubro de 2023 (disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/jornalista-helio-doyle-deixa-presidencia-da-ebc> acesso em 24/03/24). Em seu lugar ficou Jean Lima, que ocupava o cargo de diretor-geral. Até agosto de 2024, não havia sido feito anúncio de recomposição dos quadros da EBC por concurso público.

⁴ Original em inglês: Clearly, some of these innovative instruments are unique to the web, others – like online ombudsmen or online press councils – replicate existing offline formats. Journalistic codes of ethics and professional norms are to be considered not as instruments, but as informal institutions constraining media professionals' behavior (...).

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. (2018, 16 de fevereiro). *Temer nomeia general Braga Netto interventor na segurança pública do Rio*. Agência Brasil. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-02/temer-nomeia-general-braga-netto-interventor-na-seguranca-publica-do-rio>
- Almeida, D. (2023, 10 de março). *Mãe de Marielle Franco visita Memorial das Palavras Proibidas da EBC*. Agência Brasil. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-03/mae-de-marielle-franco-visita-memorial-das-palavras-proibidas-da-ebc>
- Azevedo, F., Rodrigues, D. M., Silva, S. P., & Valente, J. (2009). *Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro*. São Paulo: Paulus, Interviços. (Coleção Comunicação). Recuperado de <http://www.interviços.org.br/arquivos/interliv004spcmepb.pdf>
- Barreto, C. (2024, 25 de março). Entrevista concedida à autora [Entrevista]. Rio de Janeiro.
- Beirão, N. (Presidente da Comissão), & Achilis, A. (Redação). (2012). *Manual de Jornalismo da EBC – Somente a Verdade* (Norma de Jornalismo – NOR 801). Brasília. Recuperado de <https://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/noticias/2013/04/faca-o-download-gratuito-do-manual-de-jornalismo-da-ebc>
- Brasil. (2008). *Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008*. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil.
- Brasil. (2017). *Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017*. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências”, para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. Brasília: Secretaria-Geral.
- Brasil de Fato. (2022, 02 de junho). *Alerj aprova projeto que declara Rádio Nacional Patrimônio Histórico e Cultural do Rio*. Brasil de Fato RJ. Recuperado de <https://www.brasildefatorj.com.br/2022/06/02/alerj-aprova-projeto-que-declara-radio-nacional-patrimonio-historico-e-cultural-do-rio>
- Bucci, E., Chiaretti, M., & Fiorini, A. M. (2012). *Indicadores de Qualidade nas Emissoras Públicas – Uma análise Contemporânea*. Série Debates CI nº10. Brasil: Representação da Unesco. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000216616>
- Campos, A. C. e Aquino, Y. (2016, 19 de abril). *Dilma diz ser lamentável Bolsonaro homenagear torturador na Câmara*. Agência Brasil. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/dilma-diz-ser-lamentavel-bolsonaro-homenagear-torturador-em-sessao-na>
- Comissão de Empregados da EBC; Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal. (2018). *Dossiê Censura e Governismo na Empresa Brasil de Comunicação - 1ª edição*. Recuperado de <https://emdefesadaebc.files.wordpress.com/2018/08/texto-final-dossie-publicado-site-emdefesadaebc-8-2018.pdf>
- Comissão de Empregados da EBC. Sindicatos dos Jornalistas DF, Rio e SP; Sindicatos dos Radialistas DF, RJ e SP; Federação Nacional dos Jornalistas. (2020) *Dossiê Censura EBC – Inciso VIII - 2ª edição*. Recuperado de https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Censura_EBC_2020.pdf
- Comissão de Empregados da EBC; Sindicatos dos Jornalistas DF, Rio e SP; Sindicatos dos Radialistas DF, RJ e SP; Federação Nacional dos Jornalistas. (2021). *Dossiê Censura e Governismo na EBC - 3ª edição*. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/wp-content/uploads/2021/10/Dossiede-Censura-e-Governismo-EBC-3a-edicao.pdf>
- Comissão de Empregados da EBC; Sindicatos dos Jornalistas DF, Rio e SP; Sindicatos dos Radialistas DF, RJ e SP; Federação Nacional dos Jornalistas. (2022). *Dossiê Censura e Governismo na EBC - 4ª edição*. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/wp-content/uploads/2022/08/Dossie-Censura-e-Governismo-EBC-4a-Edicao-FINAL.pdf>
- Del Bianco, N., Klökner, L., & Ferraretto, L. A. (Orgs.). (2017). *80 anos das rádios Nacional e MEC*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Doyle, H. (2023). *A nova cara da EBC com Hélio Doyle*. Revista Plano B Brasília n.º 03. Recuperado de https://issuu.com/revista.planob/docs/plano_b_-_edi_o_3/s/23542508
- EBC (2018, 04 de julho). *Relatório de Gestão*. Empresa Brasil de Comunicação. Recuperado de <https://www.ebc.com.br/governanca-corporativa/relatorio-de-gestao-1>
- EBC (2019, 09 de abril). *Portaria-Presidente 2016*. Empresa Brasil de Comunicação. Recuperado de https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presi_no_216_-_programacao_televisiva_da_ebc.pdf
- Falcão, L. F. N. (2019). *Comunicação pública e mobilização social: narrativas, televisualidades e engajamento virtual na campanha da “Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública”* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório UFJF.
- Fengler, S., Eberwein, T., Lauk, E., & Leppik-Bork, T. (Eds.). (2011). *Mapping Media Accountability – in Europe and Beyond*. Köln: Herbert von Halem Verlag.
- Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (2016, 12 de maio). *Manifesto de criação da Frente: Em defesa da Empresa Brasil de Comunicação e da comunicação pública*. Recuperado de <https://emdefesadaebc.wordpress.com/2016/05/17/manifesto-de-criacao-da-frente-em-defesa-da-empresa-brasil-de-comunicacao-e-da-comunicacao-publica/>
- Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. (2022a, 3 de março). *Rádio MEC e Rádio Nacional são patrimônios da sociedade brasileira e não podem ser desligadas*. Ouvidoria Cidadã da EBC. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/manifesto-radio-mec-e-nacional/>
- Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. (2022b, 8 de abril). *Caderno de Contribuições*. Ouvidoria Cidadã da EBC. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/caderno-de-contribuicoes/>

- Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. (2022c, 4 de maio). *Caderno de Propostas Seminário Reconstrói EBC*. Porto Alegre: Fórum Social das Resistências e Fórum Social Mundial Justiça e Democracia. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/caderno-de-propostas-para-a-reconstrucao-da-ebc-e-da-comunicacao-publica/>
- Grossi, F. (2023, 31 de março). *EBC inaugura Memorial das Palavras proibidas no Rio de Janeiro*. [Vídeo]. Streaming Service TV Brasil. Recuperado de: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/03/ebc-inaugura-memorial-das-palavras-proibidas-no-rio-de-janeiro>
- Lopes, R. S. (Org.). (2016). *SOCICOM Debate – A comunicação em questão: crise na EBC* (2a ed.). São Paulo: Socicom. Recuperado de http://www.socicom.org.br/files/SOCICOM_EBC_baixar.pdf
- Macedo, R. (2022, 25 de março). *Alerj debate ampliação da audiência das rádios MEC e Nacional*. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Recuperado de <https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/52790?AspxAutoDetectCookieSupport=1>
- Maciel, C. (2022, 09 de setembro). *Sindicatos realizam ato contra demissão de funcionária da EBC e indicam estado de greve*. Brasil de Fato DF. Recuperado de <https://www.brasildefatodf.com.br/2022/09/09/sindicatos-realizam-ato-contra-demissao-de-funcionaria-da-ebc-e-indicam-estado-de-greve>
- Mendel, T. (2011). *Serviço público de radiodifusão: um estudo de direito comparado*. Brasília: Unesco. Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000214765>
- Milanez, L. (Org.). (2007). *Rádio MEC herança de um sonho*. Rio de Janeiro: Acerp.
- Morrone, G. (2021, 9 de agosto) *Propaganda antecipada: servidores da EBC denunciam intervenções de Bolsonaro na TV*. [Vídeo]. Streaming Service Globo News. Recuperado de: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/propaganda-antecipada-servidores-da-ebc-denunciam-intervencoes-de-bolsonaro-na-tv-9755230.ghtml>
- Nitahara, A., & Luz, C. R. M. (2020). A EBC e a Comunicação Pública no Brasil. *Liinc em Revista*, 16(1), e5130. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5130>
- Nitahara, A., & Luz, C. R. M. (2021). O Desmonte da Participação Social na EBC. *Revista Eptic*, 13(2), 22. Recuperado de <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/13770>
- Nitahara, A., & Carvalho, M. M. (2022). A EBC em 2021: ataques e resistências. In M. M. Carvalho & L. P. Dutra (Orgs.), *Cadernos de conjuntura das comunicações LaPCom-Ulepicc-Brasil 2022: desinformação, crise democrática e políticas de comunicação e cultura* (pp. 115 – 131). Brasília: Ulepicc-Brasil.
- Ouvidoria Cidadã da EBC. (2020a). Relatório 2020. Brasil: Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública. Recuperado de: <https://ouvidoriacidadeebc.org/wp-content/uploads/2021/03/OuvidoriaCidadaEBCFINAL.pdf>
- Ouvidoria Cidadã da EBC. (2021a, 29 de janeiro). Apresentação da Ouvidoria Cidadã da EBC. [Vídeo]. Streaming Service YouTube. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=AeA7litZxkU>
- Ouvidoria Cidadã da EBC. (2021b, 13 de abril). *Confira os destaques do curso sobre Comunicação Pública e a EBC promovido pela Frente e Emerge-UFF*. Ouvidoria Cidadã da EBC. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/confira-os-destaques-do-curso-sobre-comunicacao-publica-e-a-ebc-promovido-pela-frente-e-emerge-uff/>
- Ouvidoria Cidadã da EBC. (2022, 28 de janeiro). *Assembleia de convergência da EBC no Fórum Social Justiça e Democracia*. Ouvidoria Cidadã da EBC. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/assembleia-de-convergencia-da-ebc-no-forum-social-justica-e-democracia/>
- Ouvidoria Cidadã da EBC. (2022a, 2 de abril). *Seminário debate retomada do projeto de comunicação pública e da EBC*. Ouvidoria Cidadã da EBC. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/seminario-debate-retomada-do-projeto-de-comunicacao-publica-e-da-ebc/>
- Ouvidoria Cidadã da EBC. (2022b, 11 de abril). *Confira como foi o Seminário Reconstrói EBC*. Ouvidoria Cidadã da EBC. Recuperado <https://ouvidoriacidadeebc.org/confira-como-foi-o-seminario-reconstrói-ebc/>
- Ouvidoria Cidadã da EBC. (2022c, 27 de outubro). *Trabalhadores e trabalhadoras da EBC são homenageados pelo Prêmio Especial Vladimir Herzog pela resistência na defesa da comunicação pública*. Ouvidoria Cidadã da EBC. Recuperado de <https://ouvidoriacidadeebc.org/premio-herzog/>
- Ouvidoria Cidadã da EBC. (2024, 29 de março). *Fernanda Montenegro*. [Vídeo] Streaming Service YouTube. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=i9zdl_0GtQM
- Passo, G. (2024, 25 de março). Entrevista concedida à autora [Entrevista]. Rio de Janeiro.
- Paulino, F. O., & Silva, L. M. da (Orgs.). (2013). *Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Samarco, C. (2018). *Relatório da Ouvidoria 2018*. Brasília: EBC. Recuperado de https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/relatorio_da_ouvidoria_anual_2018_1.pdf
- Sindicato dos Jornalistas Distrito Federal. (2022, 24 de novembro). *Frente em Defesa da EBC participa de reunião com GT de transição do novo governo*. SJPDF. Recuperado de <https://www.sjpdf.org.br/noticias-teste/4541-frente-em-defesa-da-ebc-participa-de-reuniao-com-gt-de-transicao-do-novo-governo>
- Sindicato dos Jornalistas Distrito Federal. (2020, 16 de dezembro). *Lançamento da Ouvidoria Cidadã da EBC*. [Vídeo]. Streaming Service YouTube. Recuperado de: <https://www.youtube.com/watch?v=qd7vXCvhlj4>
- Schwarzc, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: Uma Biografia* (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras. E-book Kindle.
- SOCICOM. (2021, 25 de março). *Carta em defesa da comunicação pública e pela retirada da EBC do Programa Nacional de Desestatização*. SOCICOM. Recuperado de <https://socicom.org.br/carta-em-defesa-da-comunicacao-publica-e-pela-retirada-da-ebc-do-programa-nacional-de-desestatizacao>
- Thuswohl, M. (2022, 06 de abril). *Lei que torna a Rádio MEC patrimônio imaterial do Rio é aprovada na Alerj*. Carta Capital. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/politica/lei-que-torna-a-radio-mec-patrimonio-imaterial-do-rio-e-aprovada-na-alerj/>
- Valente, J. (2009). *A TV Pública no Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório UnB.

Zanini. F. (2021, 07 de agosto). *Inquérito aberto pelo TSE para investigar Bolsonaro também mira uso da EBC para fins políticos*. Coluna Painei, Folha de S. Paulo. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painei/2021/08/inquerito-aberto-pelo-tse-para-investigar-bolsonaro-tambem-mira-uso-da-ebc-para-fins-politicos.shtml>



Jornalistas e resistência na EBC: mecanismos contra o desmonte da comunicação pública sob os governos Temer e Bolsonaro

Periodistas y resistencia en la EBC: mecanismos contra el desmantelamiento de la comunicación pública bajo los gobiernos de Temer y Bolsonaro

Journalists and Resistance at EBC: Mechanisms to Prevent the Dismantling of Public Communication under the Temer and Bolsonaro Governments

Journalistes et résistance au sein de l'EBC : mécanismes contre le démantèlement de la communication publique sous les gouvernements Temer et Bolsonaro

Pt. Criada em 2007 para gerir os veículos e agências de notícias do governo federal e implementar a comunicação pública brasileira, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) não teve tempo de se consolidar na sociedade. A partir do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a empresa passou por desmonte normativo, editorial, físico e de pessoal, que fragilizaram o caráter público da EBC, em favor do viés governamental. Em abril de 2019, a situação se agravou, com a unificação da TV Brasil, emissora pública, com a TV NBR, criada para transmitir atos oficiais. Com os primeiros sinais de censura e perseguição sofridos pelos trabalhadores da EBC, eles se organizaram, junto com a sociedade civil, para resistir ao desmonte e denunciar a utilização dos veículos públicos para promoção pessoal do presidente da república e propaganda do governo. Traremos neste artigo o levantamento e análise documental de ações empreendidas pelos jornalistas e radialistas da EBC entre 2016 e 2022, como os dossiês de censura, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, a Ouvidoria Cidadã da EBC e o Seminário Reconstrói EBC. Movimentos que contaram sempre com apoio da sociedade civil mobilizada em torno da comunicação pública e que levaram à homenagem na 44ª edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, um dos principais prêmios de jornalismo do Brasil. Tais ações de resistência se revelaram essenciais para manter em evidência a missão da comunicação pública e contribuíram para evitar o fechamento da empresa, bem como servir de observatório e repositório de conteúdos sobre o desmonte da EBC, contribuindo para a memória e registro acadêmico o período.

Palavras chaves : Empresa Brasil de Comunicação; comunicação pública; participação social; censura; Frente em Defesa da EBC.

Es. Creada en 2007 para gestionar los medios y agencias de noticias del gobierno federal e implementar la comunicación pública brasileña, la Empresa Brasil de Comunicación (EBC) no tuvo tiempo de consolidarse en la sociedad. Tras la destitución de la presidenta Dilma Rousseff en 2016, la empresa pasó por un desmantelamiento normativo, editorial, físico y de personal, que debilitó el carácter público de la EBC en detrimento del sesgo gubernamental. La situación se agravó en abril de 2019 con la unificación de TV Brasil, emisora pública, con TV NBR, creada para transmitir actos oficiales. Ante las primeras señales de censura y persecución a los trabajadores de la EBC, estos se organizaron, junto con la sociedad civil, para resistir al desmantelamiento y denunciar la utilización de los medios públicos para la promoción personal del presidente de la República y la propaganda gubernamental. En este artículo se hace un levantamiento y análisis documental de acciones emprendidas por los periodistas y locutores de la EBC entre 2016 y 2022, como los expedientes de censura, el Frente en Defensa de la EBC y de la Comunicación Pública, la Defensoría Ciudadana de la EBC y el Seminario Reconstruye EBC. Estos movimientos siempre contaron con el apoyo de la sociedad civil movilizada en torno a la comunicación pública y recibieron un homenaje especial en la 44ª edición del Premio Vladimir Herzog de Amnistía y Derechos Humanos, uno de los principales galardones de periodismo de Brasil. Tales acciones de resistencia resultaron fundamentales para mantener en evidencia la misión de la comunicación pública y contribuyeron a evitar el cierre de la empresa, además de servir como observatorio y repositorio de contenidos sobre el desmantelamiento de la EBC, contribuyendo a la memoria y el registro del período.

Palabras clave: Empresa Brasil de Comunicação; comunicação pública; participação social; censura; Frente em Defesa de la EBC.

En. Created in 2007 to manage the federal government's news outlets and agencies as well as implement Brazilian public communication, the Brazil Communication Company (EBC) did not have time to consolidate itself in society. Following the impeachment of former president Dilma Rousseff in 2016, the company was subjected to a regulatory, editorial, physical and personnel dismantling, which weakened the public character of the EBC to the detriment of its governmental predisposition. In April 2019, the situation got worse after the merging of public broadcaster TV Brasil with TV NBR, which was created to broadcast official government acts. At the first signs of censorship and persecution, EBC employees organized themselves with civil society to fight back against the dismantling and denounce the use of public media outlets for promoting the president's personal agenda and government propaganda. In this article, we will present a survey and documentary analysis of actions undertaken by EBC journalists and radio broadcasters between 2016 and 2022, such as the censorship dossiers, the Front in Defense of the EBC and Public Communication, the EBC Citizen Ombudsman, and the Rebuilding the EBC Seminar. These movements have always relied on the support of civil society mobilized around public communication, and were honored at the 44th edition of the Vladimir Herzog Award for Amnesty and Human Rights, one of the major journalism awards in Brazil. These resistance actions were key toward keeping public communication relevant and helping the company avoid being shutdown, as well as serving as an observatory and repository for content on the dismantling of the EBC, contributing to the memory and academic record of the period.

Key Words: Empresa Brasil de Comunicação; public communication; social participation; censorship; the Front in Defense of the EBC.

Fr. Créée en 2007 pour assurer la gestion des médias et des agences de presse du gouvernement fédéral et pour mettre en œuvre la communication publique brésilienne, l'Entreprise Brésil de Communication (EBC) n'a pas eu le temps de se consolider socialement. Après la destitution de la présidente Dilma Rousseff en 2016, l'EBC a fait l'objet d'un démantèlement réglementaire, éditorial, physique et en termes de personnel, qui a fragilisé son caractère public et favorisé sa partialité en faveur du gouvernement. En avril 2019, la situation s'est aggravée avec la fusion entre le réseau de télévision public TV Brasil et la chaîne TV NBR, créée pour retransmettre les actes officiels. Face aux premiers signes de censure et de persécution à l'encontre des travailleurs de l'EBC, ces derniers se sont organisés, avec la société civile, pour résister au démantèlement et dénoncer l'utilisation des médias publics pour la promotion personnelle du président de la République et la propagande gouvernementale. Cet article présente un inventaire et une analyse documentaire des actions entreprises par les journalistes, producteurs et présentateurs de l'EBC entre 2016 et 2022. Il se penche notamment sur les dossiers de censure, le Front de défense de l'EBC et de la communication publique, le projet Ombudsman citoyen de l'EBC et le séminaire Reconstruire l'EBC. Ces mouvements ont toujours bénéficié du soutien de la société civile mobilisée autour de la communication publique et il leur a été rendu hommage lors de la 44^e édition du Prix Vladimir Herzog d'amnistie et de droits humains, l'un des principaux prix de journalisme au Brésil. Ces actions de résistance se sont avérées essentielles pour garder en vue la mission de la communication publique et ont aidé à éviter la disparition de l'EBC. Elles ont aussi joué un rôle d'observatoire et permis le recueil de contenus relatifs au démantèlement de l'EBC, contribuant ainsi à la mémoire et à l'étude académique de cette période.

Mots-clés : Empresa Brasil de Comunicação ; communication publique ; participation sociale ; censure ; Front de défense de l'EBC